



PODER

Planalto se arma para a guerra dos 90 dias

Com minoria na comissão parlamentar que investigará as ações e omissões da União no combate à covid-19, governo se prepara para enfrentar meses de forte desgaste político, com risco de ver comprometidos planos de Bolsonaro para reeleição

» JORGE VASCONCELLOS

Antes mesmo de começar a funcionar, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que vai apurar a atuação do governo na pandemia da covid-19 e os repasses federais para estados e municípios produziu efeitos imediatos. Alguns são preocupantes, como o aumento da tensão entre os Poderes e novas ameaças à estabilidade democrática. A partir do início das investigações, que deve ocorrer nesta semana, o Brasil voltará a viver uma experiência que, em outros momentos da história nacional, foi marcada por graves repercussões políticas e jurídicas. E não deve ser diferente desta vez, ante um acervo de provas e indícios à disposição para os senadores apurarem as responsabilidades pelo fracasso brasileiro no combate ao novo coronavírus.

Instalada na semana passada, no pior momento da pande-

mia no país, com média diária de mortes causadas pela covid-19 acima de 3 mil, a CPI será o principal desafio político do presidente Jair Bolsonaro desde a posse no cargo. É a repercussão mais grave da opção que ele fez de politizar as discussões sobre a pandemia, em confrontos com governadores, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a comunidade científica.

A ordem do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, para a instalação imediata da comissão de inquérito, atendendo a mandato de segurança dos senadores Jorge Kajuru (Cidadania-Go) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE), rompeu a blindagem de Bolsonaro no Congresso, até então representada pelos presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), eleitos para os cargos com o apoio do governo. Após a decisão judicial, o chefe do Executivo voltou a atacar o STF e a ameaçar com a possível adoção de “medi-

das duras”, sem explicar, no entanto, do que se trata.

Alvo de mais de 100 processos de impeachment protocolados na Câmara, Bolsonaro tem pela frente os desgastes com o funcionamento, por pelo menos 90 dias, de uma comissão parlamentar que vai apurar a falta de rumos do governo no enfrentamento da pandemia.

As investigações serão realizadas por uma CPI formada, majoritariamente, por senadores não alinhados ao governo. Dos 11 titulares, apenas 4 são aliados do presidente Bolsonaro. Para agravar a tensão, o MDB, que tem a maior bancada no Senado, indicou Renan Calheiros (AL) para ser o relator da comissão. O parlamentar alagoano ainda não se conforma com a manobra orquestrada pelo Planalto que levou o MDB a abandonar a candidatura própria na eleição à presidência do Senado, em fevereiro, o que favoreceu a vitória de Rodrigo Pacheco.

Com poderes de investigação

próprios das autoridades judiciais, assegurados pela Constituição, a CPI poderá convocar investigados e testemunhas para depoimentos, requisitar informações e documentos sigilosos, entre outras diligências. Também tem competência para quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico de alvos da investigação. Concluídos os trabalhos, é apresentado um relatório final, que pode incluir propostas de lei e envio das investigações ao Ministério Público, para responsabilizações cíveis e criminais.

O senador Fernando Collor (Pros-AL), critica o fato de a nova comissão de inquérito do Senado ter sido instalada no pior momento da crise sanitária. Segundo ele, as investigações poderão prejudicar os esforços do país para combater o novo coronavírus. “Porque se atingir a figura do presidente, no primeiro momento, é atingir a figura daquele que ainda pode assumir o comando, que somente a ele cabe no combate ao covid. E enfraquecer o poder

do presidente da República é enfraquecer as forças vitais que podemos opor um combate ao covid-19”, disse ao Correio (leia entrevista abaixo).

O advogado Cláudio Timm, especialista em direito administrativo, sócio do TozziniFreire Advogados, considera que a CPI terá à disposição um amplo acervo probatório — documentos, declarações públicas de autoridades — para a apuração de responsabilidades de autoridades estaduais, distritais e municipais.

Quanto à situação do presidente Bolsonaro, ele afirma que “há elementos iniciais que podem ser usados em sua responsabilização por irregularidades na reação à pandemia, mas certamente outros elementos serão colhidos pela CPI”. O senador Rodrigo Pacheco, ao instalar a CPI, incluiu a possibilidade de as investigações mirarem também a aplicação de recursos da União por governadores e prefeitos, após pressões de aliados do governo.

Para o cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa, a inclusão dos governadores como potenciais investigados, além de desviar o foco do governo federal, pode também antecipar as disputas para as eleições estaduais do ano que vem. “A pandemia é nacional, mas impacta estados e municípios. O Amazonas, por exemplo, virou um símbolo da má condução, da tragédia que nós estamos vivendo. Af os adversários entram”, observa César.

Ele cita os senadores Eduardo Braga e Omar Aziz, representantes do Amazonas na CPI, “que são, naturalmente, pré-candidatos, lideranças regionais que sabem que poderão explorar a crise no estado”, conclui o especialista.

Quanto ao pleito presidencial, observa André César, “os embates foram antecipados por Bolsonaro desde o início da crise sanitária e, com a CPI, devem se agravar ainda mais.”

>> entrevista FERNANDO COLLOR

SENADOR (PROS-AL)

Será uma CPI contra o presidente

Pouco mais de 28 anos depois de sofrer um impeachment e deixar a Presidência da República, acusado por uma CPI de se beneficiar de um esquema de corrupção em seu governo, o senador Fernando Collor (Pros-AL) se preocupa, com base na experiência própria, com as repercussões políticas da crise provocada pela pandemia da covid-19 no país. Em entrevista ao Correio, o senador avalia que o presidente Jair Bolsonaro “corre riscos” e poderá ficar em “uma situação extremamente difícil” com a instalação da CPI do Senado. Apesar de aliado de Bolsonaro, Collor afirma que o presidente falhou ao deixar de coordenar as ações de combate ao novo coronavírus. “Caberia a ele, como líder político da nação, unir as diversas vertentes políticas e ideológicas para, juntos, encontrarem um caminho que pudesse ser percorrido por todos no combate à covid-19”, avalia Collor. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O senhor tem se posicionado contra a instalação de uma CPI em plena pandemia. E em algum outro momento, o senhor seria favorável à CPI?

Sim. Eu me posiciono contra a instalação da CPI neste momento. Não acredito ser esta a oportunidade para se criar uma CPI, quando estamos no meio do maior pico de infectados e de óbitos. A instalação de uma CPI agora vai confundir as ações num momento em que, ao invés de confundirmos as ações, devemos unir os atores dos Poderes constituídos para combatermos, juntos com a sociedade civil, essa pandemia. Neste momento, devemos concentrar nossos esforços e nossas energias no combate à covid-19, e esse combate significa ter vacina, vacinação para a população, vacina, vacina e mais vacina, imunizar a população brasileira. É disso que estamos precisando. Qualquer atitude

Edilson Rodrigues/Agência Senado



que venha a turbar esse ambiente de união deve ser considerada não produtiva.

Onde o Brasil errou no combate à pandemia?

O Brasil errou no momento em que o presidente da República não assumiu a coordenação geral do combate à pandemia. O presidente, agora, tem que correr atrás do tempo perdido. Foi um tempo perdido em função das discussões entre o Poder Executivo federal e os governadores, que atrapalhou bastante o processo de se achar uma ação conjunta para o combate ao covid. Entendo que, agora, o presidente esteja se movimentando no sentido, como eu disse, de recuperar o tempo perdido e se dedicar, agora, intensamente, a promover essa união entre o Exe-

cutivo federal e os executivos estaduais e municipais e, mais ainda, com a comunidade científica e acadêmica. Atrapalhou bastante o fato de o presidente da República não ter assumido, desde o início, a coordenação geral desse processo, já que (a pandemia) é um inimigo comum à toda sociedade brasileira e planetária. Caberia a ele, como líder político da nação, unir as diversas vertentes políticas e ideológicas para, juntos, encontrarem um caminho que pudesse ser percorrido por todos no combate à covid-19.

Na sua opinião, então, o presidente optou por não liderar o país nesse momento difícil...

Se ele falhou nesse sentido, não sei se foi por vontade própria. Às vezes as pessoas claudicam sem,

necessariamente, ter a intenção de fazê-lo. O fato é que as ações que o presidente empreendeu não se coordenaram com o papel que cabe a ele, como um líder político da nação, num momento de calamidade, assumir, de fato, o comando desse combate. Ele deve ser o grande comandante e, portanto, o responsável por unir todas as forças disponíveis para que possamos ter sucesso nessa luta.

Quais devem ser as prioridades da comissão?

CPI é algo que nós todos sabemos como inicia e não sabemos como vai terminar. Essa não será diferente das outras. Então, o objeto definido é para analisar as falhas havidas no combate ao covid. Mas essa CPI vai se transformar em

uma CPI contra a figura do presidente da República. Não tenho a menor dúvida de que isso chegará a este objetivo final, e, no que diz respeito aos desvios havidos na remessa de recursos para estados e municípios, isso vai ficar num segundo plano. No primeiro plano vai se querer atingir, pelo que eu tenho como experiência, a figura do presidente da República. E isso não é bom, porque se atingir a figura do presidente, no primeiro momento, é atingir a figura daquele que ainda pode assumir o comando que somente a ele cabe no combate ao covid. E enfraquecer o poder do presidente da República é enfraquecer as forças vitais de que dispomos para podermos opor um combate à covid-19. Sem dúvida nenhuma, a intenção velada, ao proporem a CPI, é atin-

gir o presidente da República.

As investigações representam riscos ao mandato do presidente Jair Bolsonaro?

Se o objetivo velado da proposição da CPI é o de atingir o presidente da República, no meu entender, claro que ele corre risco. Porque, dependendo da intensidade com que ele seja atingido, naturalmente o deixar numa situação extremamente difícil.

Bolsonaro atacou o Supremo após o ministro Barroso determinar a instalação da CPI. Como avalia a reação do presidente?

É necessária a união dos Poderes constituídos. Venho me batendo sempre nisso. É fundamental que os Poderes constituídos, a base da nossa democracia, convivam harmonicamente e independentes entre si. Aqui e acolá houve entreveros entre integrantes do Executivo e integrantes do Judiciário, e membros do Congresso. Isso faz parte do jogo político, mas não na intensidade na qual nós estamos vivenciando.

O que tem impedido a harmonia entre os Poderes?

Isso [a harmonia] não vem ocorrendo em função de declarações que são dadas de dentro do Poder Legislativo, do Poder Executivo, dentro de ações do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, com essa ação tomada monocraticamente por um ministro do Supremo [de instalação da CPI], interferindo em uma questão interna corporis do Senado. Ele poderia simplesmente dizer ‘sim, é constitucional a instalação da CPI, cabe ao Senado resolver essa questão’. Se isso fosse feito dessa maneira, não teria causado esse estremecimento. Por mais que nós queiramos colocar panos quentes em cima, permanece essa inquietação. (JV)